



**Workers' Group
EESC**

**Adoção do Plano de Recuperação da UE e do Quadro
Financeiro Plurianual pela Declaração do Conselho
Europeu (QFP) pelo Presidente do Grupo dos
Trabalhadores Oliver Röpke**

Após 4 dias de deliberação - e muitos meses de reuniões infrutíferas -, o Conselho Europeu chegou finalmente a um acordo para o QFP e para o Plano de Recuperação da UE. Ter à disposição 750 mil milhões de euros através de um instrumento de dívida comum é uma conquista histórica, pois oferece aos países uma oportunidade real de recuperação sem adicionar mais dívida nacional. Além disso, está finalmente em vias de se tornar realidade uma reivindicação de longa data do CESE, de que a UE se financie com os seus próprios recursos. As negociações foram complicadas e o acordo foi melhor do que se poderia esperar; por isso, o Grupo de Trabalhadores agradece aos presidentes da Comissão e do Conselho, e ao trabalho de muitos Estados membros, ao tornar este acordo uma possibilidade. E lamentamos o papel dos chamados "quatro frugais" - ou cinco - mais bem denominados por "quatro mesquinhos", que colocaram em risco o futuro de todos, em prol dos seus próprios propósitos eleitorais.

Não obstante, embora nos congratulemos com o acordo, há certos sinais que nos causam alguma preocupação, uma vez que este acordo implica o custo de uma clara condicionalidade do Estado de Direito e a imposição de um travão de emergência nacional que pode atrasar fundos críticos, bem como cortes em linhas fundamentais do orçamento do QFP. Por outro lado, as deduções - permitindo que os países que são 'contribuintes líquidos' contribuam menos para o orçamento da UE - que deveriam ser abolidos para esse período orçamentário, foram mantidos e aumentados. Da mesma forma, os originais € 500 mil milhões em doações - e € 205 mil milhões em empréstimos - foram transformados em € 390 e € 360 mil milhões, respetivamente.

Além do plano de recuperação, os fundos críticos para a transição justa são reduzidos de 37,5 mil milhões de euros para 17,5 mil milhões de euros, e o InvestEU de 31 mil milhões de euros para 4 de mil milhões euros; as pesquisas na Horizon Europe, que seriam originalmente incrementadas para € 13,5 mil milhões, serão reduzidas de € 8 para € 5 mil milhões. Da mesma forma, o Erasmus + tem € 5 mil milhões a menos e, o que é mais preocupante, o EU4Health - um fundo destinado a combater de forma coordenada os efeitos do coronavírus na saúde - será reduzido de € 9,4 para € 1,67 mil milhões.

Esperamos que o Parlamento Europeu altere e corrija alguns pontos cruciais, incluindo o risco de condicionalidade negativa imposto pelas Recomendações Específicas por País e pelo Semestre Europeu. Da mesma forma, constituiria um grande trunfo uma perspetiva mais ampla dos planos de recuperação, vinculando-os à implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, ao crescimento e ao emprego sustentáveis.

Devemos agora garantir que o travão de emergência e os planos nacionais de reforma não levem a mais austeridade como aconteceu na última crise, o iria favorecer os populistas de toda a Europa. A conferência sobre o Futuro da Europa deverá considerar as alterações necessárias na governança da UE, já que atualmente os governos nacionais e em especial os principais partidos estão a exercer um Euroceticismo brando, durante as negociações no Conselho, em troca de ganhos eleitorais de curto prazo, algo que foi dolorosamente evidente nos últimos dias com a miopia dos já referidos 'quatro frugais'. Isto não apenas impede que o bem comum esteja em cima da mesa - silenciado por ensurdecedores interesses nacionais -, mas também nos leva a um caminho já anteriormente percorrido, em particular pelo Reino Unido, cujo fim infelizmente todos conhecemos.

Apelamos, portanto, às instituições e aos governos da UE a que não repitam os erros da última década e a que permitam que os fundos ajudem os necessitados e a que garantam que as reformas contribuam para um funcionamento melhor e mais justo.

